

Congresso quer preservar prioridades mas vê dificuldades para ajuste fiscal

por Cláudio Kuck
de Brasília

O ajuste fiscal pretendido pelo governo não será votado nem deve avançar muito, enquanto a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito constituída ontem, para apurar denúncias de Pedro Collor de Mello, não terminar seus trabalhos. Esta é a opinião geral de deputados e senadores, tanto da oposição quanto do governo. Todos, entretanto, manifestam a vontade de não dificultar a tramitação de vários outros projetos, considerados prioritários pelo governo.

O deputado Aloízio Mercadante (PT-SP) disse que

o Congresso não vota o ajuste fiscal "antes de resgatar a ética fiscal com a CPI, a atividade do empresário Paulo César Farias tem o efeito de um exocet para a reforma tributária". O líder do PDS, deputado José Luiz Maia, afirmou que no início temeu pelo andamento dos projetos de modernização dos portos, de licitações e de concessões nos serviços públicos. "Parecia que a CPI adiaria tudo, mas o clima de tensão está passando e só o ajuste fiscal deve mesmo ficar para o próximo semestre."

O presidente do PSDB, Tasso Jereissati, também disse que seu partido "não

vê clima para votar ou discutir o ajuste fiscal, primeiro a CPI precisa investigar as acusações de sonegação de Paulo César Farias".

Ele disse que informou isso por telefone ao ministro Jorge Bornhausen. Tasso conversou com deputados e senadores do PSDB, que se mostraram entretanto dispostos a continuar discutindo outros projetos prioritários, "embora haja certa dificuldade no clima atual".

O líder do governo no Senado, Marco Maciel (PFL-PE), disse estar confiante na responsabilidade dos congressistas, "que já estão dando mostras de ma-

turidade e não paralisarão a pauta prioritária, em razão da CPI que deve correr paralelamente".

Os projetos em tramitação no Congresso considerados prioritários pelo governo são:

- Marcas e patentes.
- Concessões nos serviços públicos.
- Modernização dos portos.
- Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União.
- Normas para licitações e obras públicas.
- Resolução do Senado que regulamente os limites de endividamento dos estados.
- Modernização do Estado e abertura no monopólio do petróleo e telefonia (emenda constitucional).